



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1560/2001

Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima vinculada à Educação – “Bolsa Escola”, e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus Representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito deste Município, o Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas.

§1º São beneficiárias do programa instituído por esta Lei as famílias:

I – com renda **per capita** até noventa reais mensais (R\$ 90,00);

II – que possuam sob sua responsabilidade crianças com idade entre 6 (seis) a 15 (quinze) anos (filhos e/ou dependentes);

III – com a crianças matriculadas em estabelecimentos de ensino fundamental regular com frequência escolar igual ou superior a 85% (oitenta e cinco por cento);

IV – que comprovem residência no Município.

§2º Para fins do parágrafo anterior, considera-se:

I – família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros;

II – para enquadramento na faixa etária, a idade da criança, em número de anos completados até o primeiro dia do ano no qual se dará a participação financeira da União; e

III – para determinação da renda familiar **per capita**, a soma dos rendimentos brutos auferidos pela totalidade dos membros adultos da família dividida pelo número de seus membros.

§3º O poder Executivo poderá reajustar o limite de renda **per capita** fixado no §1º, desde que atendidas todas as famílias compreendidas na faixa original.

Art. 2º O Programa instituído por esta Lei tem como objetivo incentivar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar de ensino fundamental, por meio de ações sócio – educativas de apoio aos trabalhos escolares, de alimentação e de práticas desportivas e culturais em horário complementar ao das aulas.

§1º O Poder Executivo definirá as ações específicas a serem desenvolvidas ou patrocinadas pela municipalidade para atingimento dos objetivos do programa.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º As despesas decorrentes do disposto no parágrafo anterior correrão à conta dos orçamentos dos órgãos encarregados de sua implementação.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a adesão ao programa Nacional de Renda Mínimo vinculado à educação “Bolsa – Escola”, instituído pelo Governo Federal.

§1º Fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a assumir, perante a União, as responsabilidades administrativas e financeiras decorrentes da adesão ao referido programa.

§2º Compete à Secretária Municipal de Educação desempenhar as funções de responsabilidade do município em decorrência da adesão ao Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação “Bolsa – Escola”.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo a designar para acompanhamento, avaliação, execução e Controle Social do Programa de Garantia de Renda Mínima, por meio de ato legal, a um conselho já existente, que terá também as seguintes competências:

I – acompanhar e avaliar execução das ações definidas na forma do §1º do Art.2º;

II – aprovar a relação de famílias cadastradas pelo Poder Executivo Municipal como beneficiárias do programa;

III – aprovar os relatórios trimestrais de frequência escolar das crianças beneficiárias;

IV – estimular a participação comunitária no controle da execução do programa no âmbito municipal;

V – desempenhar as funções reservadas no Regulamento do Programa Nacional da Renda Mínima – “Bolsa – Escola”;

VI – exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

§1º O Conselho Municipal será designado pelo Executivo que atenda às exigências do referido programa e exercerá as competências referidas no **caput**, sem prejuízo das originais;

§2º A participação no conselho instituído nos termos deste artigo não será remunerada.

§3º É assegurado ao Conselho de que trata o artigo o acesso a toda a documentação necessária ao exercício de suas competências.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro-MG, 25 de junho de 2001.

Wilson Siqueira

Prefeito Municipal

Margareth Daniel Barbosa Lívio

Secretária Municipal de Planejamento